

Manifestantes denunciam o desmatamento de lagoa

Ação de mineradoras prejudica equilíbrio ambiental no Subúrbio Ferroviário

O Movimento de Defesa do Parque de Pirajá e Parque São Bartolomeu liderou, ontem pela manhã, a Caminhada das Águas em defesa da Lagoa da Paixão, partindo do Largo de Pirajá até Fazenda Coutos, às margens do espelho d'água. Ameaçada de aterramento pela ação das mineradoras que durante anos extraíram material arenoso do seu entorno, a lagoa é a maior nascente do Rio do Cobre - único rio de água pura de Salvador, que atravessa os parques e responde por boa parte do abastecimento do Subúrbio Ferroviário. Os manifestantes também denunciam que o conjunto habitacional que a Urbis constrói no local para servidores públicos pode causar danos ambientais à lagoa, de quase um quilômetro de extensão.

O Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam) embargou, em setembro, as atividades da Mineração Schindler, Leite Filho e Rei do Arenoso na área, sendo que só na semana passada as empresas cumpriram efetivamente a determinação. Agora, os manifestantes reivindicam que as mineradoras recuperem a área degradada para salvar o espelho d'água, progressivamente aterrado pela terra que desce das encostas desmatadas e escavadas pelas empresas para retirada de areia.

"O CRA (Centro de Recursos Ambientais) tem respaldo legal para obrigá-las a isso, mas o órgão está muito lento", critica o ambientalista Josias Pires, membro do movimento, que conseguiu reunir ontem representantes de associações de moradores, estudantes, ambientalistas, grupos religiosos e moradores de Pirajá, Valéria, Palestina e Nova Brasília. A caminhada partiu do Largo de Paripe até às margens da Lagoa, que tem um quilômetro de extensão. "A situação é grave e o pior é que as autoridades públicas não estão se mostrando preocupadas", avalia Antonio Mendes, 62 anos, coordenador do movimento e morador de Valéria há 26 anos.

Polêmica - Outro foco de polêmica é o conjunto habitacional que a Urbis está levantando no local. O projeto prevê a construção de três mil casas, sendo 500 nesta primeira etapa. O Centro de Recursos Ambientais (CRA) publicou parecer favorável à obra, mas os ambientalistas alegam que isso não é suficiente para autorizar a construção, já que as nascentes são protegidas pelo Código Florestal Brasileiro e pela Resolução 004/65. Esta última define como reserva ecológica áreas em torno das nascentes dos rios numa faixa mínima de 50 metros. "A faixa máxima de proteção deve ser definida a partir de estudo ambiental", diz Pires.

Abrangendo uma área de 80 a 90 mil metros quadrados, a obra está localizada a 80 metros da Lagoa da Paixão. O presidente da Urbis, José Renato Lima, rebate as acusações e diz que a entidade vai, inclusive, ajudar a recuperar a área degradada. "Estamos preparando o Plano Diretor de Ocupação e Recuperação da Lagoa, e temos um projeto de reflorestamento do seu entorno", diz. O diretor adjunto do CRA, Rubens Maciel, assegurou que a Urbis já se prontificou a fazer todos os estudos ambientais necessários na área.

"A gente é a favor da moradia digna para o povo, mas a água é o nosso bem mais precioso e por que não procurar outras áreas para fazer o conjunto habitacional?", indaga Pires. Outra reivindicação dos manifestantes é a inclusão da nascente no âmbito da Área de Proteção Ambiental da Reserva do Cobre, o que vai facilitar a preservação da lagoa. "O prefeito Imbassahy disse que iria fazer um projeto para isso", diz Antonio Mendes, que espera um novo encontro com o prefeito para cobrar a promessa.